

Negociam-se

GAZETA MERCANTIL

30 JAN 1987

os rumos da Constituinte

por Cecília Pires
de Brasília

Uma grande negociação política, envolvendo todos os partidos, que se intensificou ontem, vai definir nas próximas horas as atribuições da Constituinte e do Congresso Nacional.

Os 589 constituintes, eleitos em novembro, já se encontram em Brasília para tomar posse, às 18 horas do domingo, mas ainda hoje devem definir se irão trabalhar exclusivamente para a elaboração da nova Carta ou se terão simultaneamente a tarefa de atualizar a legislação ordinária.

Estava previsto que os trabalhos da Constituinte e do Congresso Nacional seriam separados em turnos diários: pela manhã funcionaria o Congresso; à tarde, a Constituinte.

Era uma posição consensual. Mas, nesta semana, evidências de possível am-

bigüidade nas funções de legislar sobre o futuro e de fazer leis para o cotidiano da Nação determinaram uma revisão de posturas em todos os partidos.

Assim, hoje pela manhã, na Câmara Federal, o partido majoritário — o PMDB — reúne-se na busca de um consenso: como nas demais agremiações, ontem, no final da noite ganhava força a idéia de se fazer a Constituinte com funcionamento exclusivo, decretando-se um "recesso branco" ou "voluntário" do Congresso, com a Câmara e o Senado reunindo-se de forma extraordinária para legislar sobre matérias que sejam consideradas urgentes e relevantes.

Essa alternativa prevê a instituição de uma "tríagem" dos projetos de lei remetidos ao Congresso pelo Executivo, para identificação do seu caráter de relevância e de emergência. Sabe-se que a Consultoria

Geral da República, órgão que assessorava o presidente José Sarney, tem prontos vários projetos introduzindo profundas mudanças na legislação ordinária do ágio, do contrabando, dos aluguéis e até dos monopólios econômicos. A alguns deles o governo confere caráter emergencial, devido à sua importância para definição dos rumos da economia, neste primeiro trimestre.

De toda forma, as alternativas dos constituintes não são muitas, e uma delas parece drástica demais para a maioria, em todos os partidos: a delegação de poderes legislativos ao presidente da República, conforme previsto no artigo 46 da Constituição em vigor, é considerada um excesso.

ANC 88
Pasta 20 a 30
Jan/87
142

A tese da delegação de poderes tem importantes defensores no governo, articulados entre si, com o discretíssimo apoio do principal interessado — o próprio Sarney. Ontem, por exemplo, o procurador geral da República, Sepúlveda Pertence, deixou o gabinete do presidente afirmando que a delegação "é um instrumento profundamente fértil", capaz de atender às necessidades emergenciais do Executivo, que tomou uma decisão política — a de não usar mais o decreto-lei como instrumento legislativo. Mas Pertence esclareceu ao repórter Edson Beú que Sarney pretende aguardar, sem interferir, a decisão dos constituintes. "Não existe reivindicação do governo", acrescentou.

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que até a semana passada defendia a instituição de uma grande comissão legisladora, recuou ontem e passou a apoiar a idéia de fazer o Senado e a Câmara funcionar apenas em caráter extraordinário. Mas advertiu os seus liderados do PMDB que essa tese, antes de ser aprovada pelo partido — na reunião de hoje pela manhã —, terá de ser viabilizada junto às demais agremiações. E ele mesmo saiu a campo, marcando sucessivos encontros com líderes do PFL, PTB, PDT e PT para a madrugada de hoje.